

JUN 1988

O GLOBO

7 JUN 1988

Magalhães, Antonio Carlos

D. M. S.

Antônio Carlos quer Carta mais liberal

Foto de Marcelo Regua

Em palestra feita ontem para os estagiários da Escola Superior de Guerra, sobre a política do Governo Sarney para a sua pasta, o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, criticou o tratamento nacionalista e estatizante dado pelos constituintes, no primeiro turno, aos investimentos estrangeiros na área de telecomunicações. Advertiu que isto, se for confirmado no segundo turno, "prejudicará o modelo que vem sendo adotado há muitos anos".

Antônio Carlos defendeu a manutenção da atual política, com a preservação de investimentos, opondo-se àqueles que, "em nome de um ideal nacionalista, estão divorciando o País da realidade, levando-o irremediavelmente para o isolacionismo e o atraso".

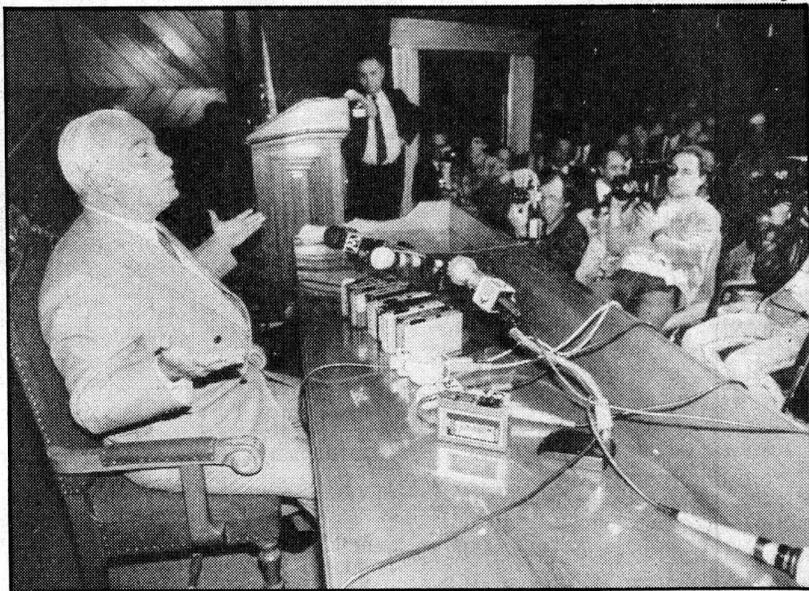
O Ministro condenou também os economistas do PMDB pela decretação da moratória interna e defendeu as negociações de empréstimo junto ao FMI.

Antônio Carlos Magalhães espera que os parlamentares revejam, no segundo turno da Constituinte, alguns temas que não gostaria de ver inscritos na futura Carta, tais como: a licença-paternidade de oito dias; o tabelamento dos juros bancários a 12 por cento ao ano; a redução do turno de trabalho para seis horas; e o cancelamento das dívidas contraídas junto ao sistema financeiro pelos micro, pequenos e médios empresários durante a vigência do Plano Cruzado.

— Sem recursos externos nós não sairemos da crise na qual nos encontramos. Também não gosto de uma Constituição que manda para a legislação ordinária mais de 200 assuntos — acrescentou.

Para Antônio Carlos Magalhães, é indispensável que a nova Carta preserve a atual política para o setor de telecomunicações, assegurando um alto nível de participação de empresas brasileiras nos mercados nacional e internacional, sua capacitação tecnológica e, conseqüentemente, a geração de novos empregos de nível superior.

O Ministro das Comunicações falou ainda sobre a radiodifusão no País; o relacionamento do Brasil com os demais países; os avanços tecnológicos; e, com maior destaque, sobre a política industrial e empresarial do setor, defendendo a manutenção da Telebrás e dos Correios como empresas estatais.



Antônio Carlos, na ESG, condena medidas nacionalizantes da Constituinte

Ministro: 'Quem não obedecer deve sair'

Mesmo ressaltando que o ato de nomear ou exonerar Ministros é uma atribuição exclusiva do Presidente José Sarney, o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, manifestou ontem, no Rio, a opinião de que deve renunciar ao cargo — "seja do PFL ou do PMDB" — quem não estiver entrosado com a política de Sarney.

— Quem não quiser obedecer tem de sair do Governo. O que não é possível é que, num regime presidencialista, alguém queira ainda pensar em parlamentarismo — afirmou Antônio Carlos em entrevista, depois de falar aos estagiários da Escola Superior de Guerra sobre a política de comunicações do Governo.

Antônio Carlos sorriu com a pergunta de um repórter que, após chamá-lo de "Ministro estável", quis saber sua opinião sobre uma suposta reforma ministerial decorrente da aprovação dos cinco anos de mandato para Sarney:

— Acredito que não haja substituição de todos. Seria até anormal e

improvável. Como quem nomeia e demite é o Presidente, ele é quem deve saber quais são os leais e competentes e juntar estes predicados indispensáveis para formar uma equipe para trabalhar com maior rapidez, já que o PMDB atrapalhou na área econômica muito tempo, particularmente nas administrações Funaro e Bresser Pereira.

O Ministro acrescentou que acatará a decisão do Presidente:

— Nós conquistamos os cinco anos para fazer aquilo que o Brasil precisa, inclusive para entregar ao sucessor do Presidente Sarney uma Nação mais organizada do que a que recebemos.

Depois de afirmar que os integrantes da CPI do Senado que apura denúncias de corrupção "estão desnorreados", ele voltou a pedir para ser convocado a depor, oportunidade na qual apresentaria um dossiê sobre os membros da Comissão. Se não for convidado, o Ministro divulgará o dossiê na imprensa.